

# COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

### PROJETO DE LEI Nº 4.432, DE 2023

Dispõe sobre a criação do Cadastro de Invasores de Propriedades e da outras previdências.

**Autor:** Deputado Rodolfo Nogueira **Relator:** Deputado Alberto Fraga

### I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.432, de 2023, do ilustre Deputado Rodolfo Nogueira, dispõe sobre a criação do Cadastro de Invasores de Propriedades.

Em sua justificativa, o autor aduz que o:

"(...) presente projeto de lei propõe a criação do Cadastro de Invasores de Propriedades (CIP) com o intuito de facilitar a identificação e responsabilização dos envolvidos em casos de invasão de propriedades públicas ou privadas. O projeto de lei é baseado em uma série de razões legítimas e necessárias para a preservação da ordem pública, a proteção dos direitos de propriedade e a garantia da segurança jurídica".

A proposição foi despachada às Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e Constituição e Justiça e de Cidadania (mérito e art. 54 RICD), estando sujeita à Apreciação Conclusiva - Art. 24 II RICD, com rito de tramitação ordinário (Art. 151, III, RICD).





Em 10 de outubro de 2023, encerrado o prazo de emendamento ao projeto de lei, conforme art. 166 do RICD, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

#### **II - VOTO DO RELATOR**

Nos termos do art. 32, XVI, do RICD, compete a esta Comissão proferir parecer acerca do mérito do Projeto de Lei nº 2.160, de 2022.

As intenções do Autor são nobres, pois, ao cabo, propõe criar o Cadastro de Invasores de Propriedades (CIP), "como ferramenta eficaz para registrar informações vitais relacionadas às invasões de propriedades".

De toda sorte, com todo o respeito ao autor, há ajustes a serem feitos com o objetivo de aperfeiçoá-lo. Inicialmente, proponho, na linha das demais legislações que tratam de sistemas de informações no âmbito da segurança pública, que o cadastro seja nomeado Cadastro Nacional de Invasões de Propriedades (CNIP) e que seja integrado ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública – Sinesp.

Ademais, sugiro que constem as seguintes informações, as quais abarcam a proposta do parlamentar, mas de modo ampliado:

 I – endereço do imóvel, situação cartorária e nomes de proprietários e/ou posseiros;

II – registro de ocorrência realizado pelas forças de segurança por ocasião da invasão, no qual deverá constar a qualificação dos envolvidos, com apontamento de eventual presença de menores de idade, de indígenas ou de pessoas portando armas.

Ante o exposto, voto, então, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.432, de 2023, na forma do substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em 30 de outubro de 2023.

# ALBERTO FRAGA DEPUTADO FEDERAL





### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.432, DE 2023

Dispõe o Cadastro Nacional de Invasões de Propriedades (CNIP), e dá outras providências.

#### O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Cadastro Nacional de Invasões de Propriedades (CNIP), integrado ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública – Sinesp.

Parágrafo único. O CNIP manterá informações dos registros de ocorrências referentes a invasões de propriedade, públicas ou privadas.

- Art. 2º O cadastro previsto no *caput* deverá conter os seguintes dados, além de outros previstos em regulamento:
- I endereço do imóvel, situação cartorária e nomes de proprietários e/ou posseiros;
- II registro de ocorrência realizado pelas forças de segurança por ocasião da invasão, no qual deverá constar a qualificação dos envolvidos, com apontamento de eventual presença de menores de idade, de indígenas ou de pessoas portando armas.

Parágrafo único. As credenciais de acesso para registro e consulta constarão do regulamento.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 30 de outubro de 2023.

# ALBERTO FRAGA DEPUTADO FEDERAL



